

REGISTRO

SINDÁGUA-MG

2005

MAIO

Nº125

CUT

Sind. dos Trab. Ind. de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos do Est. de MG

INPC anual chega 6,61%

O IBGE divulgou o índice acumulado do INPC dos 12 últimos meses (maio/2004 a abril/2005) que serve de base para as negociações coletivas de datas-base de 1º de maio. O INPC acumulado ficou em 6,61%, superando as estimativas anteriores de um índice em torno de 6,07%. Com a divulgação do IBGE, o reajuste necessário para repor perdas salariais da categoria nos três últimos anos chega a 12,78%.



Cesta básica de BH é a mais alta do País

A apuração do valor da cesta básica pelo Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) identificou Belo Horizonte como a capital onde aconteceu a maior evolução de preços. Os dados divulgados pelo Dieese no dia 2 de maio demonstram que o preço dos produtos que compõem a cesta básica evoluíram 6,53% em abril, atingindo um valor de R\$ 167,75 para uma cesta de alimentos para uma pessoa adulta. O feijão foi o grande vilão da cesta, com uma evolução no fardo de 30 kg de R\$ 48,00 para R\$ 57,00.

O valor mínimo da cesta básica medida pela Ipead/PBH chega a R\$ 336,64, para família de quatro pessoas.

Na primeira reunião de negociação do acordo coletivo, a comissão patronal designada pela Copasa apresentou a proposta de **ZERO%** de reajuste na cesta básica concedida à categoria.

Para o mercado a inflação existe

Levantamentos do Dieese divulgados no final do último mês demonstram a variação anual de vários preços, que podem servir como parâmetros nas negociações coletivas deste ano.

O custo de um "Prato Feito" em Belo Horizonte teve uma variação de 11,14%, contra 10,72% do prato do dia. Nos restaurantes com alimentação vendida a quilo, a variação de preços chegou a 8,15%. O Dieese demonstrou também a variação de tarifas de serviços públicos. A água vem em primeiro lugar, com uma variação acumulada de 25,04% no mesmo período. Em seguida, vêm o transporte coletivo (14,21%), energia elétrica (11,74%), telefone (8,34%) e gás (6,1%).

QUEREMOS 12,78% DE REPOSIÇÃO DE PERDAS

O pesadelo no País dos absurdos

“... O presidente Lula afirmou que dos 15,38% de reajuste no salário mínimo, apenas 10% serão de reajuste fixo e que o restante será aplicado como remuneração variável, de acordo com o cumprimento de metas de cada trabalhador...”

Imagine o que provocaria no País a trágica notícia aí de cima, inventada por nós na Copasa para mostrar o absurdo desta praga plantada há dois anos na empresa. Os brasileiros passariam a ter uma verdadeira anarquia de salários em todo o território nacional.

É exatamente o que temos na Copasa: uma verdadeira anarquia na estrutura de cargos e salários. A remuneração variável, a GDI, prova com intensidade que o seu criador não tinha qualquer compromisso com uma empresa organizada, com direitos iguais para funções iguais. Seccionou a empresa em inúmeros pedaços e exigiu que cada parte alcance metas isoladas, dando visibilidade ao trabalho de cada unidade, transformando o ambiente em uma verdadeira guerra para escapar de uma aferição negativa de resultados. Os trabalhadores passaram a trabalhar sob o regime do medo. Além de precisarem trabalhar para terem direito a resgatar um reajuste pela inflação que é global (sem GDI), passaram a ter sob as costas uma responsabilidade muito maior pelo valor dos salários dos companheiros. A forma como a GDI vem sendo administrada semeia o clima de “assédio moral” dentro da empresa, força chefias a excessos de autoridade para alcançar as metas que possam redundar em uma remuneração mais justa.

Não podemos admitir que a GDI continue como instrumento de desequilíbrio dentro da empresa. Ao mesmo tempo em que dissemina várias “copasinhas”, com chefes autoritários a procura de resultados, a GDI provoca a total desestrutura dos cargos e salários, tratando desigualmente os trabalhadores em todo o Estado. Representa o caos. Trabalhadores de mesma função recebem remunerações diferenciadas, em desacordo com o princípio de isonomia.

Não se esperava também que a nova direção da empresa insistisse com a prática deste instrumento, que vem provando ser nociva contra a empresa e contra os trabalhadores. Nestes dois últimos anos, os números de atendimentos médicos de trabalhadores titulares do Plano de Saúde Copass aumentou em 20%, com grande incidência de doenças coronárias e de hipertensão. Em todos os cantos por onde passa o sindicato, a reclamação é a mesma. Os trabalhadores não agüentam mais a pressão e só poderiam aceitar uma “gratificação” como algo mais, que premiasse o esforço e não como um chicote para defender perdas passadas.